no 13º (décimo terceiro) mês após a assinatura do contrato.

Art. 15. O concessionário poderá deixar de fazer o pagamento do valor mínimo anual nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, mediante a comprovação dos fatos e decisão favorável do IDEFLOR-BIO.

Seção III

Do Parcelamento de Débitos

Art. 16. Fica prevista a possibilidade de parcelamento de débitos vencidos e a vencer (já constituídos) referentes a Produção Bimestral e demais débitos decorrentes do contrato de concessão florestal vigente.

Art. 17. Débitos que já tenham sido beneficiados por algum tipo de Programa Emergencial que tenha prorrogado o vencimento de parcelas, não poderão ser objeto de parcelamento.

Art. 18. Cada UMF só poderá ter um parcelamento ativo, sendo que para a concessão do segundo parcelamento o primeiro deverá estar quitado.

Art. 19. O débito em aberto será acrescido de juros, multa (conforme Art. 32 desta Instrução Normativa), da data do vencimento até a data de assinatura do termo de parcelamento/confissão de dívida.

Art. 20. Sobre o valor de cada parcela acordada, será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, da data da assinatura do termo de parcelamento/confissão de dívida até a data em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 21. Deverá ser prestada garantia adicional a já prevista em contrato no valor do débito atualizado, constante do termo de confissão de dívida/parcelamento;

Art. 22. Caso as parcelas que foram acordadas nos termos de parcelamento/Confissão de dívida não sejam pagas na data fixada, será realizado o bloqueio imediato do CEPROF e da AUTEF vigente, sem prévio aviso, até a regularização do débito. Além de estar sujeito ao cancelamento do parcelamento, sendo o valor ainda devido abatido da garantia com a aplicação das correções previstas no Art. 32 desta Instrução Normativa.

Art. 23. O parcelamento em questão deverá ser quitado dentro do exercício em que for assinado, com a última parcela vencendo até o dia 15 de dezembro.

Art. 24. As condições do parcelamento poderão ser propostas pelo concessionário e submetidas à aprovação da DGFLOP, NUPLAN e FUNDEFLOP, de modo que seja acordado de maneira consensual.

Art. 25. O Concessionário protocolará solicitação de parcelamento onde deverá constar: os débitos a serem incluídos no parcelamento, o valor, o número de parcelas e a data de vencimento das mesmas (sempre respeitando que a última parcela não seja posterior ao dia 15 de dezembro do exercício no qual o parcelamento foi acordado).

Art. 26. O Ideflor-bio terá até 10 (dez) dias úteis, do Protocolo de solicitação do parcelamento, para realizar o cálculo das parcelas, aprovação da proposta de parcelamento apresentado pela empresa e convocar o concessionário para assinatura do termo;

Seção IV

Da atualização monetária - Apostilamento

Art. 27. A atualização monetária em contratos de concessão florestal obedecerá ao disposto neste artigo.

• 1º Os preços contratados para o produto da madeira em tora e material lenhoso residual serão reajustados anualmente, no 1º (primeiro) dia útil após o período de embargo de cada exploração florestal, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), enquanto não houver índice específico estabelecido pelo IDEFLOR-BIO.

• 2º A aplicação do IPCA/IBGE poderá não ocorrer quando estiver em flagrante desacordo com a variação dos preços da madeira no mercado nacional e deverá obedecer ao procedimento descrito a seguir:

I - o concessionário deverá enviar ao IDEFLOR-BIO estudo que fundamente a não aplicação do IPCA/IBGE em determinado ano, antes do período produtivo anual subsequente; e

II - o IDEFLOR-BIO decidirá quanto ao deferimento da solicitação, com base em análise técnica da área responsável e da manifestação da Procuradoria Autárquica e Fundacional do Ideflor-bio.

• 3º O IDEFLOR-BIO poderá decidir de ofício sobre a não aplicação do IPCA/IBGE.

Art. 28. A formalização do reajuste ocorrerá por meio de apostilamento anual, que corrigirá monetariamente o preço contratado, o valor de referência do contrato e as obrigações contratuais vinculadas a esse valor e os valores dos indicadores técnicos associados a investimentos financeiros anuais.

Parágrafo único. As demais obrigações contratuais calculadas em função do preço contratado e do preço mínimo do edital serão reajustadas automaticamente.

Art. 29. Os apostilamentos serão celebrados anualmente até 15 dias antes do término do período de embargo, e entram em vigor no 1º dia útil do período produtivo anual subsequente.

Art. 30. O concessionário terá 15 (quinze dias) a contar da ciência sobre o apostilamento para realizar o reajuste da garantia contratual.

Art. 31. O resumo das datas do processo de reajuste anual dos preços florestais em contratos de concessão consta do Anexo III desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. O atraso nos pagamentos devidos ao IDEFLOR-Bio, gera a aplicação de multa de mora de 2% (dois por cento), calculada sobre cada valor histórico original inadimplido e aplicação juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data de vencimento da parcela até seu pagamento ou assinatura de termo de parcelamento.

Art. 33. A metodologia constante do Art. 32, só se aplicará a débitos constituídos posteriormente a publicação desta IN, os constituídos antes de sua vigência permanecem sujeitos a metodologia anterior.

Art. 33. O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se a todos os contratos

de concessão florestal sob gestão do IDEFLOR-Bio. Caso os contratos em vigor tenham determinações contrárias à IN, deverão ser formalizados os respectivos termos aditivos para adequações que se fizerem necessárias.

Art. 34. O padrão para os editais e contratos de concessão será a adoção de preço único.

Art. 35. Para contratos em vigor que preveem preços por grupos de espécies, o concessionário poderá solicitar ao IDEFLOR-Bio a unificação dos preços do contrato, que seguirá metodologia descrita no Anexo IV desta Instrução Normativa. Os novos valores serão implementados através de Termo Aditivo que fixará a partir de que data os novos valores entram em vigor.

Art. 36. Os contratos que fizeram a migração para preço único anteriormente poderão realizar solicitação de retorno ao preço por categoria.

Art. 37. Revogam-se a Instrução Normativa n.º 002, de 23 de setembro de 2016 e a Instrução Normativa n.º 004/2018 e todas as disposições que contrariem os termos desta IN.

Art. 38. Os termos de confissão de dívida/parcelamento já assinados não serão atingidos pela revogação da IN.

Art. 39. Esta instrução normativa entra em vigor na data da sua publicação.

NILSON PINTO

Presidente

ANEXO I

Período de referência e base de cálculo para a cobrança das parcelas bimestrais de pagamento dos preços florestais em contratos de concessão florestal.

Parcelas bimestrais	Período de referência	Disponibilização do valor no sítio do IDEFLOR-BIO	Prazo de pagamento	Base de cálculo para a cobrança
1	1º de janeiro a 28 de fevereiro	15 de março	30 de abril	Volume transportado no período
2	1º de março a 30 de abril	15 de maio	30 de junho	Volume transportado no período
3	1º de maio a 30 de junho	15 de julho	30 de agosto	Volume transportado no período
4	1º de julho a 31 de agosto	15 de setembro	30 de outubro	Volume transportado no período
5	1º de setembro a 31 de outubro	15 de novembro	15 de dezembro	Volume transportado no período
6	1º de novembro a 31 de dezembro	15 de janeiro	28 de fevereiro	Volume transportado no período

ANEXO II

Datas e prazos para a verificação, cobrança e pagamento do valor mínimo anual em contratos de concessão florestal estadual.

Verificação do cumprimento	Informar ao concessionário	Prazo para pagamento (caso necessário)	Período de referência
Término do período de embargo.	30 dias após o Término do período de embargo.	30 dias após a cobrança pelo Ideflor-bio	Período produtivo anual anterior à verificação

ANEXO III

Datas para as etapas do processo de reajuste anual dos contratos de concessão.

Data da publicação	Efeito da apostila	IPCs mensais
Até 15 dias antes do término do período de embargo da exploração florestal	1º dia útil do período produtivo anual ao último dia útil do período de embargo da referida exploração florestal	1º dia útil do período produtivo anual ao último dia útil do período de embargo da referida exploração florestal

ANEXO IV

Metodologia para unificação do preços florestais dos contratos de concessão do IDEFLOR-Bio:

1. Parâmetros e definições:

a) Limite inferior do intervalo para o cálculo do preço mínimo único (LI): limite inferior do intervalo considerado para determinação do preço único, tratando-se da média aritmética dos preços dos grupo de valor ponderada pela distribuição do volume por hectare entre os grupos de valor, de acordo com o resultado do inventário florestal diagnóstico constante do edital da licitação. É calculado por meio da seguinte fórmula:

$$LI = \frac{\sum(Vi \times Pgi)}{\sum Vi}$$

Em que:

Vi = Volume estimado pelo inventário diagnóstico do grupo de valor i;

Pgi = Preço da madeira em pé do grupo de valor i.

b) Limite superior do intervalo para o cálculo do preço mínimo único (LS): limite superior do intervalo considerado para determinação do preço único, tratando-se da média aritmética dos preços dos grupos de valor ponderada pela distribuição do volume legal máximo de exploração por hectare e por grupo de valor, assumindo-se que a exploração será realizada do grupo de maior para o de menor valor comercial. É calculado por meio das seguintes fórmulas:

$$LS = \frac{\sum(VLi \times Pgi)}{\sum Vi}$$

$$VELi = (VET) - (SVLi + \sum VEMi - 1)$$

$$VET = 0,86m^3 / ha / ano \times ciclo \text{ de corte (anos)} *$$

$$SVLi = BVEi \text{ (se } BVEi < 0 \square SVLi - 0)$$

$$BVEi = VET - VEAi$$

$$VEAi = \sum VEMi$$

$$VEMi = Vi \times 0,8$$

* Quando não houver estudos (Resolução CONAMA 406/09).

Em que: